

EDUCAR

EDUCAÇÃO PARA TODOS. ENSINO NA I REPÚBLICA

EXPOSIÇÃO
FEVEREIRO
A JUNHO 2011
ENTRADA LIVRE
LISBOA
PALÁCIO VALADARES
(LARGO DO CARMO)
ABERTO TODOS OS DIAS
DAS 10H00 ÀS 18H00



<http://educar.centenariorepublica.pt>



Exposição
EDUCAR. EDUCAÇÃO PARA TODOS. ENSINO NA I REPÚBLICA
Inauguração: 16 de Fevereiro de 2011 | 17H

KIT DE IMPRENSA



CENTENÁRIO
DA REPÚBLICA
1910 · 2010
COMISSÃO NACIONAL
PARA AS COMEMORAÇÕES
DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

“Educar. Educação para todos. O ensino na I República”

Dia 16 de Fevereiro, 17h00

Palácio Valadares (antiga escola Veiga Beirão) Largo do Carmo

A exposição do Centenário **“Educar. Educação para todos. O ensino na I República”** será inaugurada no próximo dia 16 de Fevereiro, às 17h00, no Palácio Valadares, no Largo do Carmo, em Lisboa.

A inauguração contará com a presença do Exmo. Sr. Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira e da Exma. Sr.^a Ministra da Educação, Isabel Alçada, bem como do presidente da Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Artur Santos Silva.

Nesta exposição, que conta com o apoio da Parque Escolar e que se distribui por onze salas da antiga escola Veiga Beirão, dar-se-á a conhecer aquela que foi uma das grandes apostas dos republicanos, o ensino.

O ambiente de uma sala de aulas de há 100 anos será reconstituído no Palácio Valadares, onde se falará da obra republicana no ensino desde as últimas décadas da monarquia.

A evolução do pensamento pedagógico e as inovações introduzidas pela República, a educação cívica e patriótica, os manuais escolares, o ensino primário, o secundário, o ensino técnico e profissional, o ensino científico e experimental, as universidades, as consequências do acesso da mulher ao ensino, e a festa da Árvore constituem os diferentes temas a abordar na exposição.

A historiadora Maria Cândida Proença é a comissária da exposição “Educar. Educação para todos. O ensino na I República”, no âmbito da qual se realizam visitas guiadas e diversas actividades destinadas às escolas, que podem ser marcadas através de marcarvisitas@centenariorepublica.pt.

Dia 24 de Março, assinalando o centenário da aprovação da reforma do ensino primário, realizar-se-á o Colóquio “Nos cem anos da Reforma: o quotidiano na escola republicana”.

De acesso livre, a exposição “Educar. Educação para todos. O ensino na I República” estará aberta diariamente, das 10h00 às 18h00, até dia 30 de Junho.

A partir de 16 de Fevereiro, a exposição terá também um um sítio na Web, visitável em <http://educar.centenariorepublica.pt>.

EDUCAR. EDUCAÇÃO PARA TODOS. O ENSINO NA 1ª REPÚBLICA

Desde os primórdios da sua fundação que o PRP incluiu no seu programa o combate pela melhoria da educação do povo. Ainda durante a Monarquia essa luta traduziu-se na organização de uma série crescente de agremiações (centros, grupos, associações, ligas, grémios, escolas, clubes...) que desempenharam papel de relevo na difusão dos ideais republicanos. Um dos aspectos mais salientes da obra efectuada por estas associações foi, sem margem para dúvidas, o formidável impulso concedido à causa da instrução.

Uma vez no poder, os republicanos tencionavam pôr em execução os seus princípios pedagógicos no que se referia ao ensino, mas encontraram uma realidade educativa que nos afastava da maioria dos países europeus. As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1% na totalidade, sendo de 81,2% para as mulheres. Perante tal situação o combate ao analfabetismo impunha-se como objectivo prioritário. Para o concretizar recorreram às chamadas *Escolas Móveis* que alfabetizaram, durante o regime, cerca de 100000 alunos. A par destas escolas o Estado apostou também na expansão da rede escolar primária, mas apesar de um relativo crescimento, não conseguiu atingir a desejada cobertura de todo o país.

De acordo com a Constituição de 1911, o ensino primário seria obrigatório, gratuito e neutro em matéria religiosa, princípios já consignados na Reforma de Março de 1911 que criara dois ciclos para o ensino primário: ensino primário elementar com a duração de 3 anos e ensino primário complementar com a duração de 5 anos. A obrigatoriedade era exigida apenas para os três primeiros anos de ensino. Apesar de limitada, a escolaridade não foi efectivamente cumprida. A causa desse insucesso residia na difícil situação económica do país, onde o trabalho infantil constituía uma dura realidade, mas os números da frequência escolar republicana representaram um considerável avanço face à situação no tempo da Monarquia. A realidade dos números não impediu que na Reforma de 1919 se propusesse um aumento geral do ensino primário. Os dois ciclos passam a denominar-se de: geral com 5 anos e superior com 3 anos. A escolaridade obrigatória era agora de 5 anos, tendo sido criadas as Escolas Primárias Superiores onde se ministravam cursos de carácter profissionalizante.

No ensino liceal as transformações não foram tão acentuadas. Não se alterou o tipo de ensino enciclopédico que caracterizou o ensino liceal, desde a sua criação até aos anos trinta do século XX, mas investiu-se na construção de novos edifícios escolares e no equipamento de laboratórios. Nesta área verificou-se um crescimento mais acentuado do que o que ocorreu no ensino primário

Quanto ao ensino técnico e profissional, é de realçar a importante reforma de 1918, inspirada pelos mais inovadores princípios pedagógicos onde se propunha um ensino que conjugasse a teoria e a observação com a prática.

O ensino superior foi um dos sectores educativos a que a República prestou mais atenção. Neste caso não seriam apenas razões pedagógicas que moveram os legisladores, mas também razões de ordem política. Tornava-se necessário acabar com o quase monopólio que a Universidade de Coimbra exercia no ensino superior. Nesse sentido, em Março de 1911, além da reforma da Universidade de Coimbra, foram criadas as universidades de Lisboa e do Porto. A maior oferta universitária e a completa reestruturação deste sector, vieram a provocar um considerável aumento na frequência do ensino superior

A aceleração contínua do crescimento do ensino feminino nos diversos níveis - primário, secundário, técnico e profissional e superior - constituiu sem dúvida uma das transformações educativas que caracterizaram o século XX. O processo que se iniciara no princípio do século, prolongou-se e afirmou-se no período republicano, muito impulsionado pela acção de diversas associações femininas, com relevo para a *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas*.

A formação de professores do ensino primário e a melhoria do seu estatuto socioprofissional foram também preocupações da República, o que não é de estranhar se tivermos em conta que, por um lado o anticlericalismo da República passaria a atribuir ao professor funções importantíssimas, algumas até então reservadas aos padres, e que, por outro lado, os progressos efectuados rumo a uma pedagogia de base científica e experimental permitiram um maior investimento nesta área de formação.

Não faltaram ao republicanismo português excelentes pedagogos, nem escassearam os mais variados projectos inovadores no campo do movimento da "Escola Nova", mas a realidade crua das condições socioeconómicas e dos recursos

materiais e humanos dificultou a concretização dos seus ideais. Porém, apesar do relativo fraco crescimento quantitativo, a República veio introduzir em Portugal, inegáveis mudanças qualitativas que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania.

Na área da formação para a cidadania residiu uma das maiores inovações da escola republicana. Além da introdução de uma área de formação cívica na escola primária, com o intuito de formar cidadãos conscientes das necessidades do país e intervenientes na sua solução, prolongou-se a persecução destes objectivos através dos programas de algumas disciplinas como História e Geografia, pela introdução alguns cultos cívicos como rituais simbólicos de uma nova religiosidade – o culto da Pátria, da bandeira e dos grandes heróis – e também, no âmbito extra-curricular, através de várias cerimónias como a “Festa da árvore”, uma das mais divulgadas durante o período republicano.

Maria Cândida Proença

BREVE NOTA BIOGRÁFICA

Maria Cândida Proença – Professora aposentada da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é actualmente investigadora do Instituto de História Contemporânea da mesma universidade. Possui o doutoramento em História Cultural e das Mentalidades dos Séculos XIX e XX, e agregação em Ciências da Educação, especialidade de Didáctica da História. Dedicase ao estudo e investigação de temas relacionados com História Política e da Cultura e Mentalidades dos Séculos XIX e XX, História da Educação na época contemporânea e com o Ensino da História nas suas perspectivas histórica e didáctica.

Como investigadora do IHC é coordenadora científica do projecto *Os grandes Debates Parlamentares – 1822-1974*, Lisboa, Assembleia da República.

No âmbito da CNCCR foi co-autora com Luís Farinha do curso elearning: *Republicanismo e Primeira Republica*, CNCCR/Instituto Camões.

Comissária da exposição – *Educar* – Educação para todos. O ensino na I República.

Publicações nos últimos três anos:

2008: *D. Manuel II*, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores;

A Questão Colonial no Parlamento – 1910-1926, (*Os grandes debates parlamentares*), Lisboa, Assembleia da República/D. Quixote.

2009: “A Educação”, “A questão colonial (1910-1918)” e “A questão colonial (1919-1926)”, in *História da Primeira República Portuguesa*”, Lisboa, Tinta da China; *História de Portugal*, Vols. III e VII, Lisboa, Círculo de Leitores.

Publicações em 2010 – *História de Portugal*, Vols I, II, IV, V e VI Lisboa, Círculo de Leitores.

No prelo: *A questão religiosa no Parlamento - 1910-1926*, (*Os grandes debates parlamentares*), Lisboa, Assembleia da República.

EDUCAR

EDUCAÇÃO PARA TODOS. ENSINO NA I REPÚBLICA

LISBOA
PALÁCIO VALADARES
(LARGO DO CARMO)



Exposição

EDUCAR. EDUCAÇÃO PARA TODOS. ENSINO NA I REPÚBLICA

Comissária: Maria Cândida Proença

Exposição organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República com o apoio da Parque Escolar, E.P.E.

Entrada livre

Local: Palácio Valadares, Largo do Carmo, em Lisboa

Período de exibição: 16 Fevereiro a 30 de Junho de 2011

Horário: todos os dias das 10h00 às 18h00

Sítio Web (disponível a partir de 16.Fev): <http://educar.centenariorepublica.pt>

Marcação de visitas guiadas:

Email: marcarvisitas@centenariorepublica.pt | T. 213 405 500

RESUMO

Esta Exposição pretende evocar o papel desempenhado pelo ideal educativo na formação e consolidação do republicanismo português. Ambiciona-se, sobretudo, divulgar junto do grande público a dimensão educativa do regime republicano, recuperar a memória da escola e da educação republicanas, despertar o interesse pela defesa do património educativo e contribuir para o avanço da investigação em História da Educação.



NÚCLEO 01

Antes da República: os centros republicanos

O discurso estratégico dos republicanos, sobretudo a partir de 1870, apresentava-os como a alternativa credível, moderna e regeneradora da Pátria também do ponto de vista educativo. Propunha reduzir o analfabetismo (cerca de 80% em 1890), criar instituições de educação pré-escolar adequadas, uma rede de escolas primárias eficaz, gratuitas, de frequência obrigatória e neutras do ponto de vista religioso, com planos de estudo individualizados, aliando teoria e prática, trabalho individual e colectivo.

Cresceu o movimento associativo junto dos professores, bem como o número de Sociedades Patrióticas e Centros Republicanos, instituições fundamentais para a divulgação não só do ideário político e cultural mas, também, do ideário educativo republicano, muitas vezes apoiadas pela Maçonaria. Tinham habitualmente salas de jogos, bibliotecas, escolas infantis e primárias associadas e ofereciam, por vezes, educação para adultos ou jovens fora da idade escolar, em aulas nocturnas, com o novo método de ensino da leitura, na Cartilha Maternal de João de Deus.

Cronologia

1908 Inauguração do Centro Republicano Rodrigues de Freitas, no Porto.

1909 Inauguração do Centro Republicano Tomás Cabreira

1909 Inauguração do Centro Escolar Republicano Basílio Teles, na Foz

Iconografia

Fig. 1 – Centro republicano na Rua de São Bento, em Lisboa.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo do Fundo Antigo, cota FAN001181.

Fig. 2 – Exposição de trabalhos dos alunos da Escola Oficina n.º 1.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1192.

NÚCLEO 02

O Pensamento pedagógico. Os pedagogos da República.

No plano educativo estava em causa a regeneração da Pátria, fazer da utopia uma realidade, alcançar a plena cidadania, a dignificação de um Homem crítico e livre.

Alguns pedagogos encaravam a escola como um templo cívico, que desenvolveria um projecto de formação integral, auto-regulada, orientando os cidadãos na construção do seu próprio futuro, contribuindo para a formação de um Homem Novo. Outros defendiam a criatividade, a autonomia e contrariavam a função moralizadora, social e integradora do ensino, a manipulação educativa pelo poder.

Apesar dessas divergências, a maior parte dos pedagogos associou a modernidade pedagógica aos valores da Educação Nova: o aluno devia conhecer a realidade, valorizar a experiência, sair do espaço escolar, aprender um ofício.

Surgiram escolas pedagogicamente diferentes das tradicionais, tentando conciliar as descobertas da psicologia do desenvolvimento cognitivo com os recursos pedagógicos proporcionados pelo meio, a adequação ao nível etário, o aperfeiçoamento da aprendizagem prática a partir das «lições de coisas».

Cronologia

- 1910 João de Barros foi nomeado para o cargo de director-geral da Instrução Primária.
- 1911 Foi inaugurado, em Coimbra, o primeiro Jardim-Escola João de Deus.
- 1912 Realização do 3.º Congresso Pedagógico, em Lisboa.

- 1913 Criação das Escolas Móveis.
- 1914 Realização dos Congressos Pedagógicos de Lisboa e Porto.
- 1919 Leonardo José Coimbra é nomeado para o cargo de ministro da Instrução Pública
- 1923 Realização do Congresso Pedagógico, em Leiria.
António Sérgio de Sousa ocupa a pasta de ministro da Instrução Pública

Iconografia

Fig. 1 – Busto de João de Barros na Academia das Ciências de Lisboa.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de António Duarte, cota Prova: A64834.

Fig. 2 – João de Deus Ramos.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1243, 10 de Julho de 1913, p. 204.

Fig. 3 – Alunos do Jardim-Escola João de Deus, em Coimbra.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1243, 10 de Julho de 1913, p. 203.

NÚCLEO 03

A educação cívica e patriótica. Formar cidadãos

A legitimação social da República utilizou diversos símbolos. Uns representam a herança histórica de uma nação, uma identidade construída e mantida com o esforço de homens e mulheres, heróis do imaginário português; outros pretendem associar o novo regime a uma modernidade renovadora.

A nova bandeira reúne elementos historicamente consensuais, relacionados com a independência nacional e os Descobrimentos e, por outro lado, as cores da batalha e do riso, da esperança na mudança. O hino por sua vez é um canto patriótico que invoca períodos nobres da história de Portugal, a combatividade e a independência. Também a nova moeda se legitima na esfera armilar e no rosto de uma mulher com um barrete frígio, símbolo de liberdade.

Educar civicamente os cidadãos, republicanizá-los, era para os mais radicais um dever. O Estado deveria interferir na escola, fazer a apologia dos velhos e novos heróis, dos mais importantes acontecimentos históricos quer passados quer recentes. Educar pela Pátria era o ponto de partida para transformar a aprendizagem em cidadania.

Cronologia

- 1890 Alfredo Keil escreve o hino *A portuguesa*.
- 1910 O Governo Provisório nomeou uma comissão para apresentar um projecto de bandeira nacional, constituída por Abel Acácio de Almeida Botelho, Columbano Bordalo Pinheiro, António Ladislau Parreira, José Afonso Pala e João Chagas.
- 1910 Inauguração da nova bandeira.
- 1911 Aprovação d'*A Portuguesa* como hino nacional português.
- 1911 Aprovação da nova Bandeira pela Assembleia Nacional Constituinte.

Iconografia

Fig. 1 – Inauguração dos trabalhos do monumento em homenagem ao Marquês de Pombal, que contou com a presença do Presidente da República, Bernardino Machado.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Benoiel, cota [JBN000832](#).

Fig. 2 - Desfile dos alunos das escolas primárias junto ao monumento a Camões.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1241, 20 de Junho de 1913, p. 173.

Fig. 3 – Pauta com o Hino Nacional.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Mário Novais, cota Prova: A25003.

NÚCLEO 04

Os manuais de ensino. (Sala Biblioteca)

Qualquer manual de ensino é uma forma de representação. Utilizado como recurso fundamental, como guia dos programas e do tipo de aulas a desenvolver, acaba por construir uma memória institucional da ciência, da técnica e da metodologia, mas também de um País e dos seus heróis. Diferentes épocas históricas e diferentes formas de educar se podem perceber. Na República reformou-se a ortografia. Essa reforma, a par de uma simplificação da fonética que se considerava mais adequada para o combate ao analfabetismo surge nos diversos manuais de ensino publicados e adoptados, onde também se exalta a natureza, a ciência e o método experimental. No entanto, por incapacidade financeira da República muitos manuais anteriores a 1910 continuaram em vigor.

Cronologia

- 1907 Publicação do manual Leituras para a 1.^a classe da Instrução Primária, de Agostinho Nunes Ribeiro Teixeira.
- 1910 Aprovação da primeira lista de livros oficiais da I República para o ensino primário.
Publicação do manual A Cartilha Moderna, de Manuel Antunes Amor.
- 1913 Publicação do Manual do pequeno cidadão. Publicação de Primeiros esforços de História de Portugal de Chagas Franco e Aníbal Magno.
- 1916 Reedição do Livro de Leitura para a 1.^a classe, de António Figueirinhas. Publicação do manual de geografia, Corografia de Porgual.
- 1917 Publicação de Portugal nossa terra. Educação Cívica, de João Soares e Elísio de Campos.
- 1921 Reedição da História de Portugal de Jayme de Séguier.
- 1922 Publicação do manual Lições de Geografia, 4.^a e 5.^a classes, de Faria Artur e Dias Louro.
Publicação do Livro de Leitura para a 4.^a e 5.^a classes de Ulisses Machado.

Iconografia

Fig. 1 – Postal ilustrado por Manuel Bordalo Pinheiro.



António Nóvoa (org.), *Os professores e as Reformas de Ensino*, Edições ASA, 1993 (http://www.sg.min-edu.pt/expo10/museu10_3.htm).

Fig. 2 – Capa de *A Cartilha Moderna*.



Manuel Antunes Amor, *A Cartilha Moderna*, Lisboa, Typ. do Anuário Comercial, 1910 (<http://www.sg.min-edu.pt/expo10/13/expo0.htm>).

Fig. 3 – Livro de leitura da 1.ª classe.



António Figueirinhas, *Livro de Leitura para a 1.ª Classe*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1916 (<http://www.sg.min-edu.pt/expo10/14/expo0.htm>).

NÚCLEO 5

A República e o ensino primário

A reforma da instrução de 29 de Março de 1911 insistiu sobretudo no ensino primário. João de Barros e João de Deus Ramos desejavam implementar uma reforma pedagógica revolucionária que não atendia, no entanto, aos constrangimentos financeiros e até culturais do País.

Foi criado oficialmente o ensino infantil para os dois sexos, jardins-escolas em cada um dos bairros de Lisboa e do Porto, nas capitais de distrito e nas sedes dos principais concelhos.

O ensino primário, em regime de coeducação, distribuiu-se pelos graus elementar, obrigatório, dos 7 aos 9 anos, complementar, de dois anos e superior, de três anos.

Pretendeu-se que os Municípios se responsabilizassem pela construção e equipamento das escolas, bem como pelo recrutamento e pagamento aos professores e consignou-se o aumento do ordenado do professor primário (que só entraria em vigor em 1917).

A ideia de que era fundamental formar os professores numa instituição pedagógica apropriada e digna consolidou-se e, em 1918, a Escola Normal Primária de Lisboa passou do Calvário para Benfica.

Cronologia

- 1910 Deixa de se ministrar a doutrina cristã nas escolas primárias e normais primárias.
- 1911 Reforma da Instrução Primária.
- 1914 Reorganização do Ensino Normal Primário.
- 1916 Inauguração do Instituto do Professorado Primário Oficial
- 1919 Reestruturação do Ensino Primário
- 1920 Congresso Extraordinário dos Professores Primários Oficiais.
- 1920 Realiza-se o Congresso do Professorado Primário.
- 1921 Realiza-se o Congresso do Professorado primário Oficial, no Porto.

Iconografia

Fig. 1 – Escola da Rua Nova do Calhariz, em Lisboa.



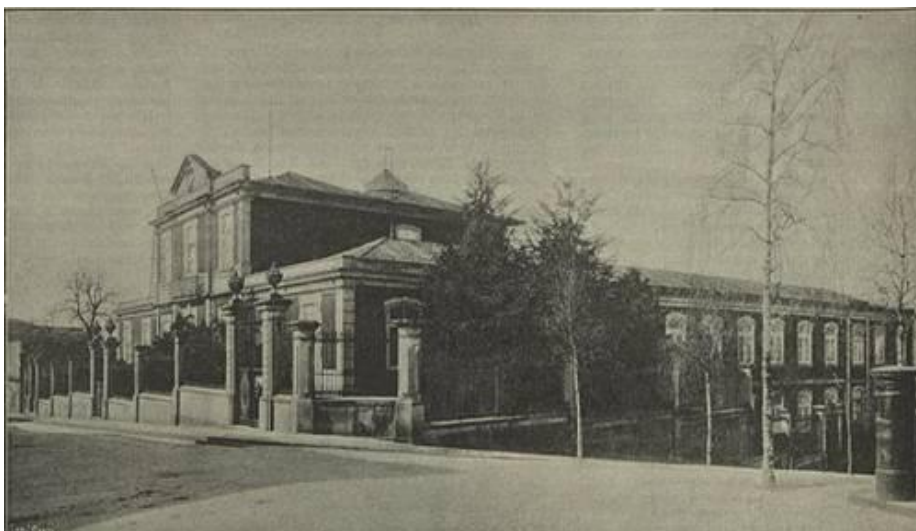
Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Alberto Carlos Lima, cota LIM000882.

Fig. 2 – Aula numa escola primária.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Alberto Carlos Lima, cota LIM001534.

Fig. 3 – Escola Normal Primária do Porto.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1164, 30 de Abril de 1911, p. 92.

NÚCLEO 6

Ensino secundário. Os liceus

Com a República aperfeiçoaram-se as grandes transformações que se tinham verificado no ensino liceal desde os finais do século XIX. O tempo do liceu passou a ser o tempo da compartimentação controlada em espaços, em horas, em disciplinas, em actividades que pressupunham uma complexidade crescente, consoante o ano lectivo correspondente.

O professor do ensino liceal devia ser um especialista. A licenciatura numa área deixou de ser, no entanto, condição suficiente: para além da especialização científica, os professores deviam profissionalizar-se, formar-se nas Escolas Normais Superiores, anexas às Faculdades de Letras e de Ciências, com disciplinas de Pedagogia e Metodologia e ainda com um estágio prático, realizado nos próprios liceus.

Por seu turno o aluno devia ficar preparado não só para o ensino superior mas, também, para servir e representar o País enquanto cidadão autónomo e responsável, devidamente preparado a partir dos saberes científicos e práticos.

Cronologia

1911 O Liceu de Passos Manuel, em Lisboa, foi inaugurado.

1911 O Liceu Central de Lisboa passa a ser denominado Liceu de Pedro Nunes.

1918 Reforma do Ensino Secundário.

1919 Criação da Direcção-Geral do Ensino Secundário.

1920 Aprovação do novo regulamento da Instrução Secundária

Iconografia

Fig. 1 – Liceu Passos Manuel.



Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada, n.º 287, 1 de Janeiro de 1911, p. 357.

Fig. 2 – Oficina de trabalhos manuais dos alunos do Liceu Camões.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1175, 20 de Agosto de 1911, p. 184.

Fig. 3 – Orfeão do Liceu Pedro Nunes, em Lisboa.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1267, 10 de Março de 1914, p. 77.

NÚCLEO 7

Ensino técnico e profissional

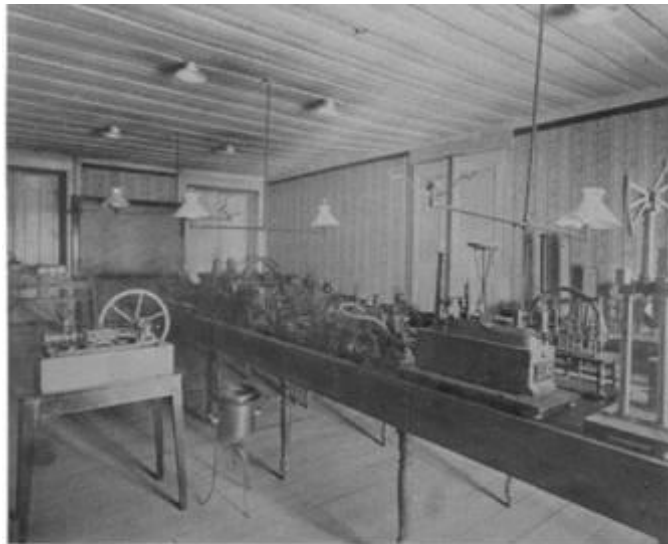
A formação profissional foi uma das áreas a que a República prestou maior atenção. Reformulou-se o ensino industrial e comercial – o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa dividiu-se em Instituto Superior Técnico e Instituto Superior de Comércio. Tentou regulamentar-se o ensino médio industrial e comercial e, em 1914, surgiu a Escola de Construções, Indústria e Comércio. Progressivamente foram surgindo escolas para várias áreas do saber industrial, bem como escolas para diferentes vertentes do ensino comercial. O objectivo era um ensino prático, centrado no “saber-fazer”, mas que fornecesse aos alunos uma cultura geral e contribuísse para a formação de um espírito empreendedor. Pretendia também fornecer-se uma alternativa ao ensino liceal para quem, por razões diversas, não tinha possibilidades de frequentar o liceu. Tentava reconhecer-se oficialmente as competências adquiridas naquelas escolas técnicas e, dessa forma, valorizar socialmente aqueles profissionais.

Cronologia

- 1913 Aprovação do regulamento do Instituto Superior de Comércio, em Lisboa.
- 1914 Reorganização do Ensino Industrial
- 1916 Reorganização do Ensino Técnico Industrial e Comercial
- 1918 Aprovação da organização do Ensino Agrícola Móvel
Reforma do Ensino Técnico e Profissional
- 1919 Aprovação do regulamento das Escolas Comerciais
- 1919 Organização do Ensino Médio Agrícola
Aprovação do regulamento das Escolas de Artes e Ofícios do País
- 1921 Aprovação do regulamento do Instituto Superior Técnico
- 1923 Realização do 1.º Congresso das Escolas Industriais, em Lisboa
- 1924 Realização do 2.º Congresso das Escolas Técnicas, em Coimbra

Iconografia

Fig. 1 – Gabinete de Física-Mecânica do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.



INSTITUTO INDUSTRIAL E COMMERCIAL DE LISBOA
Gabinete de physica-mechani

Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Beatriz Bobone, cota Prova: [A76244](#).

Fig. 2 – Escola Industrial Marquês de Pombal, em Alcântara.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1213, 10 de Setembro de 1912, p. 196.

Fig. 3 – Alunos do curso de desenho da Escola Industrial Machado de Castro.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1251, 30 de Setembro de 1913, p. 304.

NÚCLEO 8

Ensino científico e experimental. Os laboratórios

O cidadão republicano ou republicanizado deveria ser laico, racional, educado através do método científico, da experiência prática, das Ciências Naturais. Positivista, deveria conseguir separar o Estado, a família e a educação da Igreja, dos seus princípios. Mais liberto de antigas teias que o condicionavam, estava compelido a disciplinar-se para cumprir o seu dever, agora essencialmente cívico e patriótico, fazendo coincidir os seus interesses pessoais com os do Estado.

Neste sentido, um novo ensino científico e experimental poderia criar esse novo Homem, desperto para a necessidade de utilizar o método de observação, análise e experimentação em todos os aspectos da sua vivência social, política e cultural. Não se abandonou o ensino das Humanidades, mas reafirmou-se a importância das Ciências Naturais, tendência anterior que agora adquiriu nova visibilidade.

Cronologia

- 1911 Criação do Laboratório Químico-Agrícola do Funchal.
- 1919 Fundação do Instituto de Hidrologia em Lisboa.
- 1923 Projecto de “Estatuto da Educação Nacional” de João Camonesas, que previa a criação de uma Junta Nacional de Fomento das Actividades Sociais e Investigações Científicas.

1923 Criação do Instituto de Investigações Antropológicas, na Faculdade de Ciências do Porto.

1923 Criação do Instituto Português para o Estudo do Cancro.

Iconografia

Fig. 1 – Aula de Física.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Alberto Carlos Lima, cota [LIM002647](#).

Fig. 2 – Sala de aula de Ciências Naturais.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Alberto Carlos Lima, cota [LIM002648](#).

Fig. 3 – Laboratório de química do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Beatriz Bobone, cota Prova: A76241.

NÚCLEO 9

A Universidade

Tentando cumprir o seu alargado programa educativo, os republicanos criaram duas universidades, no Porto e em Lisboa, mantendo obviamente a que existia, em Coimbra.

Pela reforma do ensino superior em 1911 tentou atribuir-se um pendor menos teórico às “aulas magistrais”, tentou implementar-se um método de trabalho mais experimental, menos retórico. Pela primeira vez atribuiu-se dignidade à formação de professores do ensino liceal, realizada nas Escolas Normais Superiores anexas às Faculdades de Letras e de Ciências, embora na prática tenha havido problemas relacionados com falta de espaços adequados e de professores especializados. Mas também aí tentou conciliar-se a teoria e a prática e essa tentativa de conciliação que se verificou nas propostas para o ensino superior constituíram, na verdade, uma mudança de paradigma.

Cronologia

- 1911 Lei da criação das novas Universidades e Faculdades.
Nova Constituição Universitária.
Sessão de inauguração da Universidade de Lisboa.
Sessão de inauguração da Universidade do Porto
Criação das Escolas Normais Superiores junto às Universidades de Lisboa e de Coimbra.
- 1917 Inauguração do Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa.
- 1918 Aprovação do novo estatuto universitário.
- 1919 Criação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
Criação, na Universidade de Coimbra, de uma Faculdade Técnica e de uma Escola de Belas-Artes
- 1921 Transforma as Escolas Superiores de Farmácia em Faculdades de Farmácia.

Iconografia

Fig. 1 – Gabinete de Antropologia da Universidade de Coimbra.



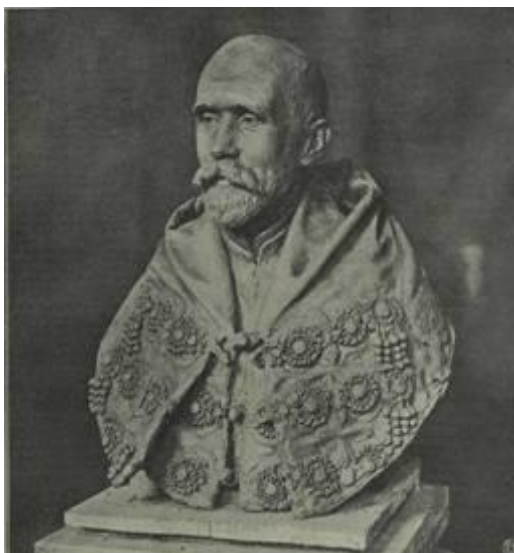
Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada, n.º 290, 16 de Fevereiro de 1911, p. 29.

Fig. 2 – Edifício da Escola Médica de Lisboa.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo de Alberto Carlos Lima, cota LIM000773.

Fig. 3 – Busto de Francisco Gomes Teixeira, reitor da Universidade do Porto.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1276, 10 de Junho de 1914, p. 181.

NÚCLEO 10

A mulher e o ensino

O papel da mulher na sociedade, na educação das futuras gerações e na formação cívica e moral dos cidadãos era tido como essencial e amplamente divulgado pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, fundada ainda durante a Monarquia.

Debateu-se amplamente a sua educação doméstica e profissional na sociedade civil. Discutia-se se deveria ter apenas uma educação geral ou também uma educação profissional, que lhes permitisse integrarem-se no mundo do trabalho. Reconheciam-se-lhes direitos cívicos mas não políticos e a Associação de Propaganda Feminista apelava à possibilidade de votarem, reivindicava a igualdade de direitos e a igualdade à educação.

A educação representou para as mulheres a possibilidade de se autonomizarem economicamente, uma maior capacidade crítica e, nesse sentido, interventiva.

Cronologia

- 1911 Carolina Michaëlis de Vasconcelos foi nomeada para o cargo de professora ordinária de Filologia Germânica na Faculdade de Letras de Coimbra.
- 1914 Foi instituída uma secção feminina junto aos Liceus do Porto e de Coimbra.
- 1918 Criação da Escola Agrícola Feminina de Vieira Natividade.
Aprovação do regulamento sobre o ensino secundário feminino.
- 1924 Realização do Congresso Feminista e da Educação, em Lisboa.
- 1925 Criação de uma Escola Comercial Feminina, em Lisboa.

Iconografia

Fig. 1 – Dactilógrafa da Junta do Crédito Público.



Ilustração Portuguesa, n.º 271, 1 de Maio de 1911, p. 550.

Fig. 2 – Escola Paroquial Feminina, na Ajuda.



Arquivo Municipal de Lisboa - Arquivo Fotográfico, Arquivo Sojornal, cota EFC001029.

Fig. 3 – Regina Quintanilha, advogada.



O Occidente, revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro, n.º 1257, 30 de Novembro de 1913, p. 368.

NÚCLEO 11

Sala da árvore: A festa da árvore

As ideias de solidariedade, afectividade, fraternidade e regeneração foram centrais na República. A «festa da árvore» associava-se simbolicamente à regeneração da sociedade e tinha sido divulgada pela Maçonaria ainda antes de 1910. No entanto, após a República, aquela festa-metáfora foi promovida a nível nacional pelo Século Ilustrado, a partir de 1913, e permaneceu uma constante sobretudo até finais da I Guerra.

A Festa Nacional da Árvore realizou-se por todo o país e foi divulgada como uma festa cívica e democrática, reunindo todos os grupos sociais. Servia também para consagrar novos símbolos do regime, como a bandeira e o hino mas, também, para reafirmar a importância que a escola tinha para a formação do carácter, no amor pela natureza e pela vida.

Cronologia

- 1907 Primeiras festas da árvore realizadas em Portugal, por iniciativa da Liga Nacional de Instrução.
- 1911 Primeira festa da árvore realizada na I República, que beneficiou já de grande visibilidade pública.
- 1913 Realização da “Festa Nacional da Árvore”, promovida *pel’O Século Agrícola*.

Iconografia

Fig. 1 – A Festa da Árvore em Lisboa.



Ilustração Portuguesa, n.º 265, 20 de Março de 1911, p. 355.

Fig. 2 – Comemoração da Festa da Árvore em algumas escolas de Lisboa.



Ilustração Portuguesa, n.º 473, 15 de Março de 1915, p. 348.

Fig. 3 – Comemoração da Festa da Árvore em várias escolas do País.

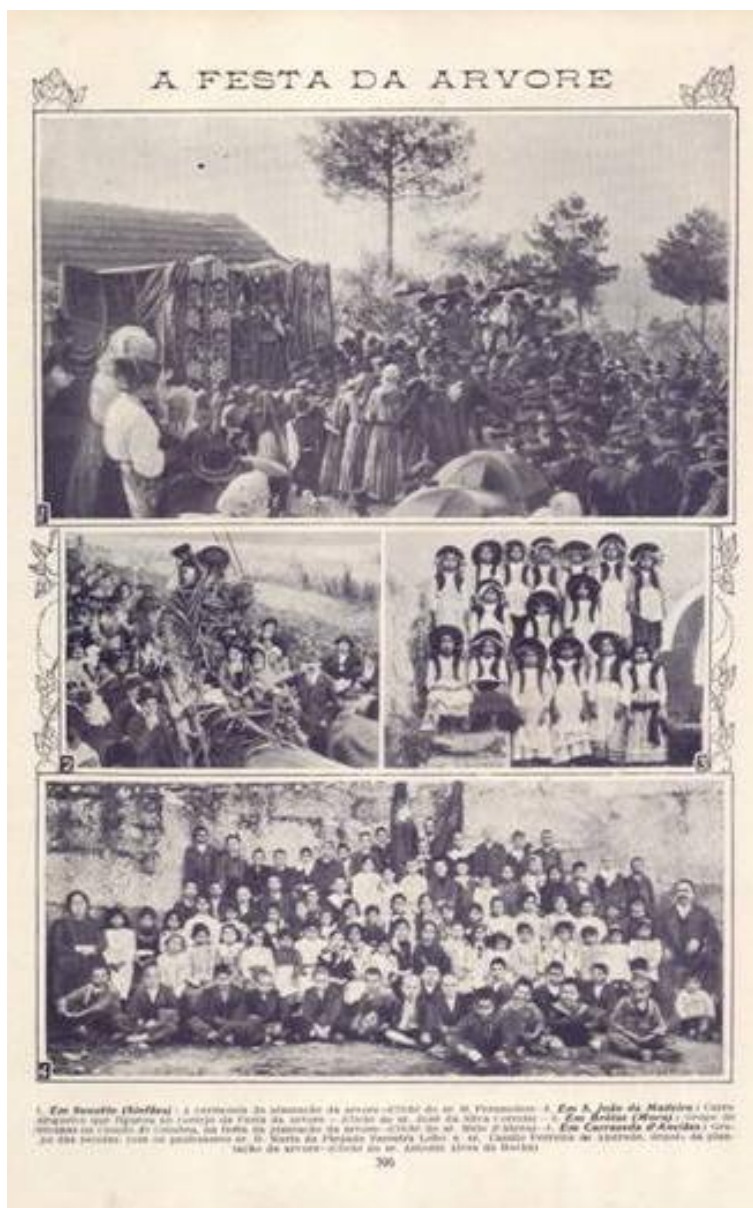


Ilustração Portuguesa, n.º 475, 29 de Março de 1915, p. 396.